

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	10
DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	17

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	45
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	46

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	95.675
Preferenciais	0
Total	95.675
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	01/04/2019	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2019	Ordinária		0,01984
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	01/04/2019	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2019	Ordinária		0,02788
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	01/04/2019	Dividendo	31/12/2019	Ordinária		0,61615
Assembléia Geral Extraordinária	29/03/2019	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2019	Ordinária		0,03178
Reunião do Conselho de Administração	27/06/2019	Dividendo	31/12/2019	Ordinária		0,23708
Assembléia Geral Extraordinária	28/06/2019	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2019	Ordinária		0,03200
Assembléia Geral Extraordinária	30/09/2019	Juros sobre Capital Próprio	31/12/2019	Ordinária		0,02211

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	256.110	286.517
1.01	Ativo Circulante	66.828	155.271
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	16.973	8.697
1.01.02	Aplicações Financeiras	20.823	15.699
1.01.03	Contas a Receber	27.589	129.688
1.01.03.01	Clientes	27.526	21.774
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	63	107.914
1.01.03.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	63	107.914
1.01.06	Tributos a Recuperar	129	28
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	129	28
1.01.07	Despesas Antecipadas	740	649
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	574	510
1.01.08.03	Outros	574	510
1.01.08.03.02	Outros Créditos	574	510
1.02	Ativo Não Circulante	189.282	131.246
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	175.337	49.760
1.02.01.07	Tributos Diferidos	5.602	9.439
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	5.602	9.439
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	184	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	168.830	40.060
1.02.01.09.03	Créditos com Controladores	168.830	40.060
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	721	261
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	366	261
1.02.01.10.04	Impostos a Recuperar	355	0
1.02.03	Imobilizado	882	948
1.02.04	Intangível	13.063	80.538

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	256.110	286.517
2.01	Passivo Circulante	58.248	106.548
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.769	2.197
2.01.01.01	Obrigações Sociais	2.769	2.197
2.01.02	Fornecedores	4.565	6.074
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.565	6.074
2.01.03	Obrigações Fiscais	28.027	17.876
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	0	50.170
2.01.04.02	Debêntures	0	50.170
2.01.05	Outras Obrigações	10.187	9.893
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.019	1.806
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	989	1.391
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	30	415
2.01.05.02	Outros	9.168	8.087
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.401	3.881
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	1.016	324
2.01.05.02.06	Cauções contratuais	3.176	3.343
2.01.05.02.07	Credores pela Concessão	575	539
2.01.06	Provisões	12.700	20.338
2.01.06.02	Outras Provisões	12.700	20.338
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	12.700	20.338
2.02	Passivo Não Circulante	2.811	2.458
2.02.04	Provisões	2.811	2.458
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.811	2.458
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	170	587
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	277	360
2.02.04.01.05	Provisões Regulatório	2.364	1.511
2.03	Patrimônio Líquido	195.051	177.511
2.03.01	Capital Social Realizado	98.801	98.801
2.03.04	Reservas de Lucros	19.760	78.710
2.03.04.01	Reserva Legal	19.760	19.760
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	58.950
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	76.490	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	109.649	304.987	108.142	299.533
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-29.364	-137.427	-43.542	-116.724
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-27.336	-128.665	-33.071	-91.288
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-2.028	-8.762	-10.471	-25.436
3.03	Resultado Bruto	80.285	167.560	64.600	182.809
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.156	-17.171	-6.058	-15.807
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.172	-17.572	-6.104	-16.021
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-4.743	-15.275	-5.694	-14.669
3.04.02.02	Remuneração da administração	-429	-2.297	-410	-1.352
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	16	401	46	214
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	75.129	150.389	58.542	167.002
3.06	Resultado Financeiro	2.206	7.933	1.647	4.674
3.06.01	Receitas Financeiras	3.032	9.678	3.635	14.337
3.06.01.01	Receitas Financeiras	3.032	9.678	3.635	14.337
3.06.02	Despesas Financeiras	-826	-1.745	-1.988	-9.663
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-806	-1.725	-1.988	-9.663
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-20	-20	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	77.335	158.322	60.189	171.676
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-25.515	-50.932	-20.043	-55.756
3.08.01	Corrente	-24.848	-47.095	-19.774	-52.314
3.08.02	Diferido	-667	-3.837	-269	-3.442
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	51.820	107.390	40.146	115.920
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	51.820	107.390	40.146	115.920
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,51062	1,0582	0,39559	1,14224
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.99.02.01	ON	0,51062	1,0582	0,39559	1,14224

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	51.820	107.390	40.146	115.920
4.03	Resultado Abrangente do Período	51.820	107.390	40.146	115.920

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	200.633	171.100
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	200.878	172.715
6.01.01.01	Lucro líquido do período	107.390	115.920
6.01.01.03	Baixa de Ativo Permanente	3	34
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.837	3.442
6.01.01.05	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	0	69
6.01.01.08	Juros e variações monetárias de debêntures	702	6.510
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de mútuos e debêntures privadas	-8.096	-11.120
6.01.01.10	Despesa Financeira (valor presente)	836	559
6.01.01.11	Constituição (reversão) de Provisão Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	2.185	-1.337
6.01.01.12	Constituição (reversão) de Provisão para manutenção	16.858	8.217
6.01.01.13	Depreciações e amortizações	77.163	50.421
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-245	-1.615
6.01.02.01	Contas a receber	-5.752	-3.558
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	-38	50
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-275	-484
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	414	4.509
6.01.02.07	Outros Créditos	-64	-23
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-33.917	-42.732
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	-105	-115
6.01.02.11	Fornecedores	-672	-34
6.01.02.12	Fornecedor - partes relacionadas	-761	-303
6.01.02.13	Cauções Contratuais	181	171
6.01.02.14	Obrigações Sociais	572	566
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	41.239	40.635
6.01.02.18	Credores pela Concessão	36	-15
6.01.02.19	Outras contas a pagar	729	1.151
6.01.02.20	Riscos cíveis trabalhistas, fiscais e regulatórios	-1.832	-1.433
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-39.350	-48.063
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-341	-310
6.02.02	Adições ao Intangível	-33.885	-33.300
6.02.10	Aplicações financeiras	-5.124	-14.453
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-153.007	-127.007
6.03.07	Liberação de empréstimos empresas ligadas	-35.000	0
6.03.08	Recebimento empréstimos empresas ligadas - principal	13.163	82.962
6.03.09	Recebimento empréstimos empresas ligadas - juros	7.837	57.038
6.03.14	Pagamentos debêntures - principal	-50.000	-107.280
6.03.15	Pagamentos debêntures - juros	-909	-6.816
6.03.16	Distribuição de juros sobre capital próprio	-6.466	-9.131
6.03.18	Pagamento de dividendos	-81.632	-138.053
6.03.19	Pagamento de credores pela concessão	0	-5.727
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8.276	-3.970
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.697	11.731

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	16.973	7.761

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	98.801	0	78.710	0	0	177.511
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	98.801	0	78.710	0	0	177.511
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-58.950	-30.900	0	-89.850
5.04.06	Dividendos	0	0	-58.950	-22.682	0	-81.632
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-8.218	0	-8.218
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	76.490	30.900	0	107.390
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	107.390	0	107.390
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	76.490	-76.490	0	0
5.05.02.06	Constituição de reserva de retenção de lucros	0	0	76.490	-76.490	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	98.801	0	96.250	0	0	195.051

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	98.801	0	88.127	0	0	186.928
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	98.801	0	88.127	0	0	186.928
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-68.367	-77.673	0	-146.040
5.04.06	Dividendos	0	0	-68.367	-69.685	0	-138.052
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-7.988	0	-7.988
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	115.920	0	115.920
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	115.920	0	115.920
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	98.801	0	19.760	38.247	0	156.808

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	333.067	325.865
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	320.789	297.802
7.01.02	Outras Receitas	12.278	28.063
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	8.762	25.436
7.01.02.02	Receitas acessórias	3.516	2.627
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-59.096	-62.318
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-14.636	-14.229
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.790	-8.335
7.02.04	Outros	-35.670	-39.754
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-8.762	-25.436
7.02.04.02	Custo da Concessão	-5.975	-5.491
7.02.04.03	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-16.858	-8.217
7.02.04.04	Outros	-4.075	-610
7.03	Valor Adicionado Bruto	273.971	263.547
7.04	Retenções	-77.163	-50.421
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-77.163	-50.421
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	196.808	213.126
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	9.658	14.337
7.06.02	Receitas Financeiras	9.678	14.337
7.06.03	Outros	-20	0
7.06.03.04	Outros	-20	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	206.466	227.463
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	206.466	227.463
7.08.01	Pessoal	18.433	19.141
7.08.01.01	Remuneração Direta	14.526	15.449
7.08.01.02	Benefícios	2.716	2.625
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.191	1.067
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	77.369	82.724
7.08.02.01	Federais	61.139	67.689
7.08.02.02	Estaduais	1	1
7.08.02.03	Municipais	16.229	15.034
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	3.274	9.678
7.08.03.01	Juros	702	6.510
7.08.03.02	Aluguéis	277	840
7.08.03.03	Outras	2.295	2.328
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	107.390	115.920
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	8.218	7.988
7.08.04.02	Dividendos	22.682	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	76.490	107.932

Comentário do Desempenho



Itirapina, 13 de novembro de 2019 – A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A., empresa do Grupo Arteris S.A., comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2019, período encerrado em 30 de setembro de 2019. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais e estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstrações do resultado e notas explicativas inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado

- O tráfego pedagiado no 3T19 foi de 14,5 milhões de veículos equivalentes, apresentou aumento de 5,1% em comparação ao mesmo período do ano anterior, influenciado principalmente pela extração de eucalipto na região que ocorre em caráter sazonal, como também, pelo escoamento da safra de cana-de-açúcar e pelo fluxo de caminhões que ocorre sazonalmente para transportes de peças automotivas produzidas na região. O tráfego de veículos equivalente nos 9M19 apresentou um aumento de 3,9%, em relação aos 9M18, passando de 39,5 milhões para 41,0 milhões.

Receita Operacional Bruta

A Companhia obteve uma receita bruta total no 3T19 de R\$119,8 milhões, apresentando um aumento de R\$2,4 milhões ou 2,0% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. As principais variações são as que seguem:

- A receita de pedágio apresentou um crescimento de R\$10,7 milhões, representando um aumento de 10,0% em comparação ao mesmo período do ano anterior, reflexo do reajuste de 4,66% das tarifas de pedágio realizado em julho/19 e pelo aumento do tráfego pedagiado destacado acima.
- As receitas de obras apresentaram uma redução de R\$8,4 milhões, em comparação ao 3T18. Esta variação se deve principalmente em função da conclusão da obra de Implantação do Sistema Viário SP-225/SP-310 Itirapina. Os mesmos valores apresentados como receitas de obras são apresentados como custo de construção e não geram efeitos no resultado.

A receita bruta total acumulada nos 9M19 apresentou um aumento de 2,2%, em relação aos 9M18, passando de R\$297,8 milhões para R\$320,8 milhões.

Comentário do Desempenho



Custos e Despesas

Os custos e despesas no 3T19 (excluindo depreciação e amortização) reduziram R\$10,6 milhões ou 33,0% em comparação ao mesmo período do ano anterior. As principais variações são demonstradas a seguir:

- Os custos dos serviços prestados, apresentaram um aumento de 5,6% em relação ao 3T18, reflexo do reajuste pelo IPCA dos contratos de serviços operacionais do Serviço de APH e Guincho, incluindo também, os gastos com serviço de limpeza nas bases operacionais, compensados com menores custos de conservação de pavimento.
- Os custos dos serviços de construção no 3T19 apresentaram redução de R\$8,4 milhões em comparação ao 3T18. Essa variação se deve principalmente em função da conclusão da obra de Implantação do Sistema Viário SP-225/SP-310 Itirapina. Os mesmos valores apresentados como custo de construção são apresentados como receitas de obras e não geram efeitos no resultado.
- As despesas administrativas no 3T19, apresentaram redução de 4,4% ou R\$0,2 milhão em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente a menores despesas com contingências, como também, pelos menores gastos com serviços de consultoria jurídica, serviços de análises técnicas, e serviços com manutenção de software.
- Na rubrica provisão de manutenção, foi observada redução de R\$2,0 milhões se comparado ao mesmo período do ano anterior. As provisões de manutenção variam em função das revisões periódicas das necessidades de intervenções futuras que por sua vez são decorrentes de obrigações previstas no contrato de concessão.

No acumulado dos 9M19 os custos e despesas totalizaram R\$77,4 milhões, uma redução de 5,7% em comparação aos 9M18 que registrou R\$82,1 milhões.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA no 3T19 apresentou um aumento de 16,0% na comparação com o 3T18. Essa variação se deve principalmente ao aumento na receita de pedágio, redução dos custos com provisão de manutenção de rodovias e das despesas administrativas.
- O EBITDA Ajustado no 3T19 apresentou aumento de 12,6% em relação ao 3T18. Tais variações são justificadas principalmente pelo aumento da receita de pedágio.
- O EBITDA acumulado dos 9M19, apresentou um aumento de 4,7%, em relação aos 9M18, registrando R\$227,6 milhões. Já o EBITDA Ajustado acumulado nos 9M19 atingiu R\$244,4 milhões, representando aumento de 8,3%, em comparação aos 9M18.

Comentário do Desempenho



Resultado Financeiro

- A Companhia obteve um resultado financeiro líquido positivo de R\$2,2 milhões no 3T19 representando um aumento de R\$0,6 milhão em relação ao 3T18, decorrente principalmente pela queda observada nas despesas financeiras ocasionada pela quitação do contrato da 3ª emissão de debêntures ocorrida em março de 2019. Houve também, uma redução nas receitas financeiras devido aos recebimentos de mútuos observados nos últimos meses. As receitas financeiras variam principalmente em função do saldo médio de caixa da Sociedade e da variação das taxas de juros praticadas em cada período analisado.

Lucro Líquido

- A Companhia obteve lucro de R\$51,8 milhões no 3T19, um aumento de 29,1% quando comparado ao mesmo período do ano anterior, sendo as principais variações: i) redução dos custos com provisão manutenção; ii) redução nas despesas com depreciação/amortização; iii) e pelo aumento observado na receita de pedágio.
- No acumulado do ano, o lucro registrado foi de R\$107,4 milhões, contra um lucro de 115,8 milhões nos 9M18.

Investimentos

- O **total de investimentos** realizados pela Companhia em suas rodovias no 3T19 foi de **R\$ 7,1 milhões**. Deste total, R\$ 5,0 milhões foram destinados para obras de infraestrutura (registradas no ativo intangível e imobilizado) e R\$ 2,1 milhões corresponderam à manutenção realizada na rodovia. No acumulado do ano o total de investimentos foi de R\$ 34,2 milhões.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA Demonstrações do Resultado:

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS								
(em R\$ Mil)								
	3T19	2T19	3T18	Var% 3T19/2T19	Var% 3T19/3T18	9M19	9M18	Var% 9M19/9M18
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	119.818	106.858	117.444	12,1%	2,0%	332.665	325.652	2,2%
Receitas de pedágio	116.809	102.716	106.146	13,7%	10,0%	320.789	297.802	7,7%
Receitas de obras	2.028	2.799	10.471	-27,5%	-80,6%	8.762	25.436	-65,6%
Receitas acessórias	981	1.343	827	-27,0%	18,6%	3.114	2.414	29,0%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(10.169)	(8.996)	(9.302)	13,0%	9,3%	(27.678)	(26.119)	6,0%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	109.649	97.862	108.142	12,0%	1,4%	304.987	299.533	1,8%
CUSTOS E DESPESAS	(21.582)	(23.636)	(32.218)	-8,7%	-33,0%	(77.435)	(82.110)	-5,7%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(12.031)	(11.688)	(11.392)	2,9%	5,6%	(34.939)	(33.015)	5,8%
Custo dos serv. de construção	(2.028)	(2.799)	(10.471)	-27,5%	-80,6%	(8.762)	(25.436)	-65,6%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(4.704)	(4.919)	(5.550)	-4,4%	-15,2%	(14.980)	(14.304)	4,7%
Remuneração da administração	(429)	(233)	(410)	84,1%	4,6%	(2.297)	(1.352)	69,9%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para manutenção em rodovias	(2.406)	(4.363)	(4.441)	-44,9%	-45,8%	(16.858)	(8.217)	105,2%
Outras receitas operacionais, líquidas	16	366	46	-95,6%	-65,2%	401	214	87,4%
EBITDA	88.067	74.226	75.924	18,6%	16,0%	227.552	217.423	4,7%
Margem EBITDA*	81,83%	78,08%	77,73%	3,7 p.p.	4,1 p.p.	74,6%	72,6%	2,0 p.p.
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(12.938)	(33.307)	(17.382)	-61,2%	-25,6%	(77.163)	(50.421)	53,0%
Depreciação de imobilizado	(151)	(147)	(144)	2,7%	4,9%	(407)	(365)	11,5%
Amortização do intangível	(12.787)	(33.160)	(17.238)	-61,4%	-25,8%	(76.756)	(50.056)	53,3%
Amortização do direito de uso	-	-	-	-	-	-	-	-
RESULTADO FINANCEIRO	2.206	2.625	1.647	-16,0%	33,9%	7.933	4.674	69,7%
Receitas financeiras	3.032	3.432	3.635	-11,7%	-16,6%	9.678	14.337	-32,5%
Despesas financeiras	(826)	(807)	(1.988)	2,4%	-58,5%	(1.745)	(9.663)	-81,9%
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	77.335	43.544	60.189	77,6%	28,5%	158.322	171.676	-7,8%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(25.515)	(13.697)	(20.043)	86,3%	27,3%	(50.932)	(55.756)	-8,7%
Corrente	(24.848)	(11.983)	(19.774)	107,4%	25,7%	(47.095)	(52.314)	-10,0%
Diferido	(667)	(1.714)	(269)	-61,1%	148,0%	(3.837)	(3.442)	11,5%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	51.820	29.847	40.146	73,6%	29,1%	107.390	115.920	-7,4%
EBITDA AJUSTADO								
(em R\$ Mil)								
	3T19	2T19	3T18	Var% 3T19/2T19	Var% 3T19/3T18	9M19	9M18	Var% 9M19/9M18
EBITDA ¹	88.067	74.226	75.924	18,6%	16,0%	227.552	217.423	4,7%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	2.406	4.363	4.441	-44,9%	-45,8%	16.858	8.217	105,2%
EBITDA Ajustado ²	90.473	78.589	80.365	15,1%	12,6%	244.410	225.640	8,3%
Margem EBITDA Ajustado ²	84,07%	82,67%	82,28%	1,4 p.p.	1,8 p.p.	82,5%	82,3%	0,2 p.p.

* A Margem EBITDA, considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

2) Considera ajuste referente à provisão p/ manutenção de rodovias, de acordo com pronunciamento contábil ICPC 01.

A Centrovias S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto registrada na CVM. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os websites ri.arteris.com.br e www.cvm.gov.br (neste acessar, em "acesso rápido", o item "ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações").

Notas Explicativas

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Informações Contábeis Intermediárias
para o Trimestre Findo em 30 de
setembro de 2019 e Relatório do
Auditor Independente.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

CENTROVIAS SISTEMAS RODOVIÁRIOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais-R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luís, km 216,8 Pista Sul. Constituída em 27 de maio de 1998, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade iniciou suas operações em 11 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 16/CIC/97, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411 de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo, realizar, sob o regime de concessão, pelo prazo de 20 anos, a exploração do sistema rodoviário, constituído pelas Rodovias SP-310 (Washington Luís) de São Carlos a Cordeirópolis, SP-225 (Engenheiro Paulo Nilo Romano) de Itirapina a Jaú e SP-225 (Comandante João Ribeiro de Barros) de Jaú a Bauru, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, ou seja, aqueles a serem prestados pela concessionária, compreendendo as funções operacionais, as funções de conservação e as funções de ampliação, o apoio na execução dos serviços não delegados, ou seja, os serviços de competência exclusiva do poder público, não compreendidos no objeto da concessão, e a gestão e a fiscalização dos serviços complementares, ou seja, os serviços considerados como convenientes, mas não essenciais, para manter o serviço adequado em todo o sistema rodoviário, a serem prestados por terceiros que não a concessionária.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

Por meio dos Termos Aditivos e Modificativo nº 16, de 26 de fevereiro de 2019, e nº 17, de 2 de agosto de 2019, foi reconhecido o desequilíbrio referente à alteração do índice de reajuste de tarifa de pedágio observados no período de 1 de julho de 2015 a 30 de junho de 2018. Os referidos termos oficializaram a prorrogação de prazo em um total de 77 dias a contar da data de 19 de junho de 2019. Dessa maneira o período de exploração da concessão passou a ser até 3 de setembro de 2019.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 18, de 16 de agosto de 2019, foi autorizado pela Agência reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 98 dias a contar da data de 04 de setembro de 2019. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 10 de dezembro de 2019.

A Sociedade ainda possui pleitos em discussão com o poder concedente que podem alterar a data do encerramento de suas atividades.

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Notas Explicativas

A emissão das informações contábeis intermediárias da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 13 de novembro de 2019.

2. CONCESSÕES

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo mencionado abaixo:

A Sociedade estima em 30 de setembro de 2019 o montante de R\$4.445 (R\$11.170 em 31 de dezembro de 2018) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$14.636 (R\$21.126 em 31 de dezembro de 2018) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estas obras estão estimadas em R\$32.530, as quais não estão incluídas no parágrafo acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aprovadas em 27 de fevereiro de 2019 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações contábeis intermediárias estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações contábeis intermediárias, exceto pela adoção de novos pronunciamentos contábeis conforme mencionado abaixo:

Adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamento mercantil

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Objetiva fornecer a base para que os usuários das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

Notas Explicativas

A Sociedade aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações contábeis comparativas abrangendo esse tema não foram reapresentadas.

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Sociedade.

Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Sociedade.
- A Sociedade tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual.
- A Sociedade tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 8,42%a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração tem como base a taxa de crédito da Sociedade.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacionais, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Sociedade optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado.

Notas Explicativas

Política contábil aplicável antes de 1º de janeiro de 2019

Anteriormente à entrada em vigor da IFRS 16, os casos de arrendamento mercantil eram avaliados pela Sociedade sob os conceitos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional, visando ao correto enquadramento para o reconhecimento contábil.

Arrendamento financeiro

Eram considerados financeiros os arrendamentos cujos contratos previam a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo arrendado. Nesse caso, também eram levados em conta o prazo do arrendamento mercantil em relação à vida útil econômica do ativo, a relação do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento com o valor justo do ativo, bem como a previsão de a Sociedade obter a propriedade do ativo no final do contrato.

Arrendamento operacional

Todos os arrendamentos não revestidos das características do arrendamento financeiro eram classificados como arrendamentos operacionais. Como arrendatária, os pagamentos realizados pela Sociedade, relativos a esses contratos, eram reconhecidos como despesa do período, pelo método linear no prazo de vigência do arrendamento.

Devido ao contrato de concessão da Sociedade ter prazo de encerramento para o exercício de 2019, todos os contratos de aluguéis e arrendamentos vigentes tem prazo inferior a 12 meses. Sendo assim, não houve impactos da aplicação o inicial do IFRS 16 nas demonstrações financeiras intermediárias.

Em 30 de setembro de 2019, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	30.09.2019	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Guinchos	1.304	-
Veículos	232	-
Veículos operacionais	287	-
Computadores e periféricos	21	-
Imóveis	67	-
Outros	-	4
	<u>1.911</u>	<u>4</u>

ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A sociedade entende que não há incertezas quanto ao tratamento dado em relação aos tributos sobre o lucro.

Notas Explicativas

Reapresentação do balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018 e das demonstrações dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018

A Sociedade, objetivando a melhor apresentação de seus investimentos em "Fundos de Investimentos", anteriormente apresentados na rubrica de "Caixa e equivalente de caixa", entendeu que deve ser mais adequadamente classificado na rubrica de "Aplicações Financeiras" todo e qualquer título de investimento diferente de "LFT e CDB", sendo estes "Letra Financeira, NTN, LTN e, outros". Esta alocação reflete de forma mais acurada no que diz o "CPC 03 (R2)" e "CVM OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2019) – Item 10: Equivalente de caixa – LFT's" e propicia uma melhor apresentação quanto a sua posição de investimentos, adotando, portanto, uma mudança em sua política contábil anteriormente adotada.

Em atendimento as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Sociedade alterou sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete sua posição de investimentos da Sociedade (pelos argumentos acima mencionados e em linha com o parágrafo 14 item "(b)" do respectivo CPC anteriormente mencionado) e, portanto, procedeu as reclassificações de forma retrospectiva em suas informações correspondentes apresentadas para fins comparativos, em relação à aquelas originalmente emitidas.

Para fins comparativos às informações contábeis intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, o impacto se dará da seguinte forma:

- Reapresentação nas informações contábeis intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 referente ao saldo de Caixa e Equivalente de Caixa – Balanço Patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente emitido em 27 de fevereiro de 2019.

Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018

	Originalmente		
	Apresentada	Reclassificação	Reapresentado
<u>ATIVOS</u>	<u>31.12.2018</u>		<u>31.12.2018</u>
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	24.396	(15.699)	8.697
Aplicações financeiras	-	15.699	15.699
Contas a receber	21.774	-	21.774
Contas a receber - partes relacionadas	107.914	-	107.914
Impostos a recuperar	28	-	28
Despesas antecipadas	649	-	649
Outros créditos	510	-	510
Total dos ativos circulantes	155.271	-	155.271
NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber - partes relacionadas	40.060	-	40.060
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.439	-	9.439
Depósitos judiciais	261	-	261
Imobilizado	948	-	948
Intangível	80.538	-	80.538
Total dos ativos não circulantes	131.246	-	131.246
TOTAL DOS ATIVOS	286.517	-	286.517

Notas Explicativas**Balanco patrimonial de 1 de janeiro de 2018**

	Originalmente Apresentada 01.01.2018	Reclassificação	Reapresentado 01.01.2018
ATIVOS			
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	11.731	(6.989)	4.742
Aplicações financeiras	-	6.989	6.989
Contas a receber	21.735	-	21.735
Contas a receber - partes relacionadas	50	-	50
Impostos a recuperar	4.515	-	4.515
Despesas antecipadas	561	-	561
Outros créditos	515	-	515
Total dos ativos circulantes	39.107	-	39.107
NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber - partes relacionadas	236.725	-	236.725
Despesas antecipadas	9	-	9
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.461	-	10.461
Depósitos judiciais	131	-	131
Imobilizado	1.309	-	1.309
Intangível	122.603	-	122.603
Total dos ativos não circulantes	371.238	-	371.238
TOTAL DOS ATIVOS	410.345	-	410.345

- Reapresentação nas informações contábeis intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 referente ao saldo de Caixa e Equivalente de Caixa - Demonstração do Fluxo de Caixa do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, originalmente emitido em 13 de novembro de 2018.

Notas Explicativas

	Originalmente Apresentada 30.09.2018	Reclassificação	Reapresentado 30.09.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período	115.920	-	115.920
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	50.421	-	50.421
Baixa de ativos permanentes	34	-	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.442	-	3.442
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	69	-	69
Juros e variações monetárias sobre mútuos	(11.120)	-	(11.120)
Juros e variações monetárias de debêntures	6.510	-	6.510
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	559	-	559
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(1.337)	-	(1.337)
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	8.217	-	8.217
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber	(3.558)	-	(3.558)
Contas a receber - partes relacionadas	50	-	50
Despesas antecipadas	(484)	-	(484)
Impostos a recuperar	4.509	-	4.509
Outros créditos	(23)	-	(23)
Depósitos judiciais	(115)	-	(115)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores	(34)	-	(34)
Fornecedores - partes relacionadas	(303)	-	(303)
Cauções contratuais de fornecedores	171	-	171
Obrigações sociais	566	-	566
Obrigações fiscais	40.635	-	40.635
Imposto de renda e contribuição social pagos	(42.732)	-	(42.732)
Outras contas a pagar	1.151	-	1.151
Credores pela concessão	(15)	-	(15)
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	(1.433)	-	(1.433)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	171.100	-	171.100
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(310)	-	(310)
Aquisições de itens do intangível	(33.300)	-	(33.300)
Aplicação financeira	-	(14.453)	(14.453)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(33.610)	(14.453)	(48.063)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimento empréstimos empresas ligadas - principal	82.962	-	82.962
Recebimento empréstimos empresas ligadas - juros	57.038	-	57.038
Pagamentos debêntures - principal	(107.280)	-	(107.280)
Pagamentos debêntures - juros	(6.816)	-	(6.816)
Pagamento de juros sobre capital próprio	(9.131)	-	(9.131)
Pagamento de dividendos	(138.053)	-	(138.053)
Pagamento de credores pela concessão	(5.727)	-	(5.727)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(127.007)	-	(127.007)
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	10.483	(14.453)	(3.970)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO PERÍODO	11.731	-	11.731
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	22.214	(14.453)	7.761

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, bem como não impactam covenants.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Notas Explicativas

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	30.09.2019	31.12.2018
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		Reapresentado
Caixa e contas bancárias	2.383	3.000
Fundos de investimentos (*)	14.590	5.697
Total	<u>16.973</u>	<u>8.697</u>

	30.09.2019	31.12.2018
<u>Aplicações financeiras</u>		Reapresentado
Fundos de investimentos (**)	20.823	15.699
Total	<u>20.823</u>	<u>15.699</u>

(*) Cotas lastreadas em CDB, compromissadas, LFT e cotas de outros fundos de investimento lastreados por esses.

(**) Cotas lastreadas em NTN-B, NTN-F, LTN, LF e cotas de outros fundos de investimento lastreados por esses.

Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente a, na média, 99,1% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98,35% em 31 de dezembro de 2018). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade e de suas controladas.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	30.09.2019	31.12.2018
Pedágio eletrônico a receber (*)	25.201	20.869
Cupons de pedágio a receber	684	76
Cartões de pedágio a receber	239	503
Receitas acessórias a receber	1.401	325
Outras receitas a receber	<u>1</u>	<u>1</u>
Total	<u>27.526</u>	<u>21.774</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 23 c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas**7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018 é como segue:

	30.09.2019		30.09.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	77.335	158.322	60.189	171.676
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(26.294)	(53.829)	(20.464)	(58.370)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Juros sobre o capital próprio	719	2.794	645	2.715
Outras diferenças permanentes	60	103	(224)	(101)
Total	(25.515)	(50.932)	(20.043)	(55.756)
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	(24.848)	(47.095)	(19.774)	(52.314)
Diferido	(667)	(3.837)	(269)	(3.442)
	(25.515)	(50.932)	(20.043)	(55.756)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.09.2019	31.12.2018
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Provisão de participação nos lucros	621	737
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (a)	2.811	2.458
Outras provisões	344	39
Provisão para manutenção de rodovias	12.700	20.338
Pis e Cofins s/receitas	-	1.701
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (c)		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	28.640	28.715
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(28.640)	(26.037)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	16.476	27.951
Alíquota nominal	34%	34%
Total	5.602	9.503
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Direito de concessão incorporado (b)	-	(189)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	-	(189)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	-	(64)
Base do imposto de renda e contribuição social	5.602	9.439
Total do imposto de renda e contribuição social	5.602	9.439

Notas Explicativas

- (a) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (b) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em setembro de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do seu Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (c) A partir de 1º de janeiro de 2014 a Sociedade congelou os saldos referente às mudanças de práticas contábeis, adotando antecipadamente a Lei nº 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração, portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

<u>Impostos diferidos</u>	Ativo não circulante
2019	1.383
2020	4.219
	<u>5.602</u>

Notas Explicativas**8. IMOBILIZADO**

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2018	914	4.105	101	667	35	5.822
Adições	3	11	320	-	7	341
Saldo em 30.09.2019	<u>917</u>	<u>4.116</u>	<u>421</u>	<u>667</u>	<u>42</u>	<u>6.163</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2018	(912)	(3.835)	(100)	-	(27)	(4.874)
Depreciações	(4)	(208)	(183)	-	(12)	(407)
Saldo em 30.09.2019	<u>(916)</u>	<u>(4.043)</u>	<u>(283)</u>	<u>-</u>	<u>(39)</u>	<u>(5.281)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2018	2	270	1	667	8	948
Saldo em 30.09.2019	1	73	138	667	3	882
Taxas de depreciação - a.a.	100%	100%	100%	0%	100%	

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Total
<u>Custo do imobilizado</u>						
Saldo em 31.12.2017	914	3.943	101	667	35	5.660
Adições	-	186	124	-	-	310
Transferências/reclassificações	-	-	(124)	-	-	(124)
Alienações/baixas	-	(34)	-	-	-	(34)
Saldo em 30.09.2018	<u>914</u>	<u>4.095</u>	<u>101</u>	<u>667</u>	<u>35</u>	<u>5.812</u>
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2017	(864)	(3.380)	(100)	-	(7)	(4.351)
Depreciações	(35)	(315)	(31)	-	(14)	(395)
Transferências/reclassificações	-	-	27	-	-	27
Saldo em 30.09.2018	<u>(899)</u>	<u>(3.695)</u>	<u>(104)</u>	<u>-</u>	<u>(21)</u>	<u>(4.719)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>						
Saldo em 31.12.2017	50	563	1	667	28	1.309
Saldo em 30.09.2018	15	400	(3)	667	14	1.093
Taxas de depreciação - a.a.	2%	13%	4%	0%	53%	

Notas Explicativas**9. INTANGÍVEL**

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>							
Saldo em 31.12.2018	714.644	40.280	9.474	2.412	245	-	767.055
Adições	8.596	-	-	523	-	165	9.284
Transferências/reclassificações	410	-	-	-	(245)	(165)	-
Alienações/baixas	(13)	-	-	-	-	-	(13)
Saldo em 30.09.2019	<u>723.637</u>	<u>40.280</u>	<u>9.474</u>	<u>2.935</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>776.326</u>
<u>Amortização acumulada</u>							
Saldo em 31.12.2018	(634.363)	(40.280)	(9.473)	(2.401)	-	-	(686.517)
Amortizações	(76.449)	-	-	(307)	-	-	(76.756)
Alienações/baixas	10	-	-	-	-	-	10
Saldo em 30.09.2019	<u>(710.802)</u>	<u>(40.280)</u>	<u>(9.473)</u>	<u>(2.708)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(763.263)</u>
<u>Intangível líquido</u>							
Saldo em 31.12.2018	80.281	-	1	11	245	-	80.538
Saldo em 30.09.2019	12.835	-	1	227	-	-	13.063
Taxas de amortização - a.a.	97%	100%	100%	98%			

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Intangível em andamento (b)	Total
<u>Custo do intangível</u>						
Saldo em 31.12.2017	655.689	40.280	9.474	2.410	23.372	731.225
Adições	5.112	-	-	2	20.201	25.315
Transferências/reclassificações	124	-	-	-	-	124
Saldo em 30.09.2018	<u>660.925</u>	<u>40.280</u>	<u>9.474</u>	<u>2.412</u>	<u>43.573</u>	<u>756.664</u>
<u>Amortização acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2017	(557.500)	(39.718)	(9.136)	(2.268)	-	(608.622)
Amortizações	(49.372)	(301)	(253)	(100)	-	(50.026)
Transferências/reclassificações	(27)	-	-	-	-	(27)
Saldo em 30.09.2018	<u>(606.899)</u>	<u>(40.019)</u>	<u>(9.389)</u>	<u>(2.368)</u>	<u>-</u>	<u>(658.675)</u>
<u>Intangível líquido</u>						
Saldo em 31.12.2017	98.189	562	338	142	23.372	122.603
Saldo em 30.09.2018	54.026	261	85	44	43.573	97.989
Taxas de amortização - a.a.	11%	1%	1%	2%		

Notas Explicativas

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 14.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Sociedade. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão.

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018. Para o período findo em 30 de setembro de 2019 a Sociedade não identificou nenhum evento que levasse à necessidade de um novo teste no trimestre.

10. DEBÊNTURES

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	30.09.2019		31.12.2018		
	Circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	50.207	50.207	107.793	50.000	157.793
Juros provisionados	702	702	7.434	-	7.434
Amortização de principal	(50.000)	(50.000)	(107.280)	-	(107.280)
Pagamento de juros	(909)	(909)	(7.740)	-	(7.740)
Transferência	-	-	50.000	(50.000)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.207</u>	<u>-</u>	<u>50.207</u>
Custo de transação	-	-	(37)	-	(37)
Saldo final	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>50.170</u>	<u>-</u>	<u>50.170</u>

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.09.2019	31.12.2018
3ª emissão	10.000	CDI+1,25%a.a.	mar/19	-	50.207
				<u>-</u>	<u>50.207</u>

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre as datas de emissão e da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Data emissão	Valor nominal	Valor nominal unitário	Data integralização	Valor subscrito
3ª emissão	10.03.2017	100.000	10.000	17.03.2017	100.000
		<u>100.000</u>			<u>100.000</u>

O valor justo das debêntures registradas no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

Notas Explicativas

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxos de caixa de financiamento, pois essas debêntures foram captadas e repassadas para a controladora, por meio de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro do Grupo Arteris.

As debêntures da 3ª emissão foram integralmente pagas em 11 de março de 2019.

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos em 30 de setembro de 2019 e de 31 de dezembro de 2018 e as transações realizadas em 30 de setembro de 2019 e de 2018, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.09.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Controladora/Outras partes relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Autovias S.A. (b)	43	-
Vianorte S.A. (b)	20	25
Mútuos a receber:		
Arteris S.A. - controladora (c)	-	107.889
Total do ativo circulante	<u>63</u>	<u>107.914</u>
<u>Ativo não circulante</u>		
Mútuos a receber:		
Arteris S.A. (c)	91.816	-
Debêntures a receber:		
Arteris S.A. - controladora (e)	77.014	40.060
Total do ativo não circulante	<u>168.830</u>	<u>40.060</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora/Outras partes relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. - controladora (b)	989	1.391
Autovias S.A. (b)	-	97
Intervias S.A. (b)	30	210
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	-	108
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A. - controladora (d)	4.401	3.881
Total do passivo circulante	<u>5.420</u>	<u>5.687</u>

Notas Explicativas

Contas de Resultado:	PERÍODO					
	30.09.2019			30.09.2018		
	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c) (e)	Despesas gerais (b)	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c) (e)	Despesas gerais (b)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	8.096	(10.649)	-	11.120	(10.678)
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Autovias S.A.	-	-	(111)	-	-	(778)
Intervias S.A.	-	-	(130)	-	-	(1.505)
Vianorte S.A.	-	-	-	-	-	(17)
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(655)	-	-	(3.696)	-	-
Total	(655)	8.096	(10.890)	(3.696)	11.120	(12.978)

Contas de Resultado:	TRIMESTRE					
	30.09.2019			30.09.2018		
	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c) (e)	Despesas gerais (b)	Conservação da rodovia (a)	Receitas financeiras (c) (e)	Despesas gerais (b)
<u>Controladora</u>						
Arteris S.A.	-	2.543	(3.320)	-	2.517	(3.710)
<u>Outras partes relacionadas</u>						
Autovias S.A.	-	-	-	-	-	(215)
Intervias S.A.	-	-	(130)	-	-	(533)
Vianorte S.A.	-	-	-	-	-	(1)
Latina Manutenção de Rodovias Ltda.	(92)	-	-	(1.184)	-	-
Total	(92)	2.543	(3.450)	(1.184)	2.517	(4.459)

- (a) Refere-se à prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (b) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da "Holding", com base na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (c) Contratos de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,40% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2021, conforme demonstrados a seguir:

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.09.2019		31.12.2018	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
11.06.2014	01.12.2021	CDI + 1,40% a.a.	41.837	689	55.000	5.896
07.07.2014	01.12.2021	CDI + 1,40% a.a.	30.000	19.290	30.000	16.993
			<u>71.837</u>	<u>19.979</u>	<u>85.000</u>	<u>22.889</u>

- (d) Juros sobre o capital próprio a pagar conforme nota explicativa 16.b.
- (e) Contratos de Debêntures Privadas com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos que variam de 1,00% a 1,20% ao ano com vencimentos de juros e principal em dezembro de 2021 e setembro de 2024, conforme demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Data da Liberação	Vencimento	Encargos	30.09.2019		31.12.2018	
			Valor do principal	Juros	Valor do principal	Juros
20.12.2018	21.12.2021	CDI + 1,20% a.a.	40.000	1.970	40.000	60
20.09.2019	30.09.2024	CDI + 1,00% a.a.	35.000	44	-	-
			<u>75.000</u>	<u>2.014</u>	<u>40.000</u>	<u>60</u>

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade no valor de R\$18 (R\$2.022 em 30 de setembro de 2018), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do período de nove meses findos de 30 de setembro de 2019, a Sociedade reconheceu o montante de R\$1.134 a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$429 no trimestre e R\$1.163 no período relativo ao rateio da "Holding", que totalizam R\$429 e R\$2.297 (R\$410 e R\$1.352, respectivamente, em 30 de setembro de 2018), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$600. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

12. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados - PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício, e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados na rubrica "Obrigações sociais" em 30 de setembro de 2019 e de 31 de dezembro de 2018, são de R\$621 e R\$737, respectivamente.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Notas Explicativas

13. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Estão representadas por:

	30.09.2019	31.12.2018
Imposto de renda	17.499	8.658
Contribuição social	6.594	3.459
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	346	430
Programa de integração social - PIS	248	483
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.143	2.529
Tributos federais retidos	197	312
Impostos sobre serviços - ISS	2.000	2.005
Total	28.027	17.876

14. CREDORES PELA CONCESSÃO

Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao Departamento de Estradas de Rodagem - DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

O valor do ônus da concessão foi liquidado em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em junho de 1998 e a última em maio de 2018. O montante é reajustado pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

	Valor presente		Valor real em (*)	
	30.09.2019	31.12.2018	30.09.2019	31.12.2018
Circulante				
Parcela variável (a)	575	539	575	539
Total	575	539	575	539

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da Sociedade), com vencimento no último dia útil de cada mês.

O valor pago pela Sociedade no decorrer dos períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018 ao Poder Concedente foram respectivamente de R\$4.823 de parcela variável e de R\$10.245 (R\$5.727 de parcela fixa e R\$4.518 de parcela variável).

15. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

Notas Explicativas

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	30.09.2019
Cíveis	360	1.628	(196)	(1.515)	277
Trabalhistas	587	400	(546)	(271)	170
Regulatório	1.511	901	(2)	(46)	2.364
Total	<u>2.458</u>	<u>2.929</u>	<u>(744)</u>	<u>(1.832)</u>	<u>2.811</u>

	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	30.09.2018
Cíveis	3.013	1.289	(3.151)	(783)	368
Trabalhistas	755	125	(147)	(155)	578
Regulatório	1.448	547	-	(495)	1.500
Total	<u>5.216</u>	<u>1.961</u>	<u>(3.298)</u>	<u>(1.433)</u>	<u>2.446</u>

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis, trabalhistas, regulatórios e fiscais ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$1.488 em 30 de setembro de 2019 (R\$2.019 em 31 de dezembro de 2018).

Os depósitos judiciais no montante de R\$366 (R\$261 em 31 de dezembro de 2018), classificado no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$67 há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto.

Provisão para manutenção

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo da provisão para manutenção durante os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	Circulante Manutenção em rodovia	Não circulante Manutenção em rodovia	Total Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2018	20.338	-	20.338
Adições/Reversões	16.858	-	16.858
Utilizações	(25.332)	-	(25.332)
Ajuste a valor presente	836	-	836
Saldo em 30.09.2019	<u>12.700</u>	<u>-</u>	<u>12.700</u>

	Circulante Manutenção em rodovia	Não circulante Manutenção em rodovia	Total Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	9.497	3.964	13.461
Adições/Reversões	8.217	-	8.217
Utilizações	(9.726)	-	(9.726)
Ajuste a valor presente	559	-	559
Transferências	3.964	(3.964)	-
Saldo em 30.09.2018	<u>12.511</u>	<u>-</u>	<u>12.511</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2019, referente às manutenções realizadas, foram de R\$15.396 (R\$9.773 em 30 de setembro de 2018).

Notas Explicativas

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 é de R\$104.798, composto por 101.483.834 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R\$98.801 que representam 95.675.071 ações.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar ou distribuição de dividendos adicionais observado, o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 2019, foram distribuídos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$58.950, como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

No período findo em 30 de setembro de 2019, a Sociedade efetuou antecipação de dividendos referente ao primeiro trimestre de 2019 no montante de R\$22.683, mediante a utilização dos saldos da conta de lucros acumulados a título de dividendos intermediários.

Juros sobre o capital próprio

O limite máximo para determinação dos juros sobre o capital próprio é definido com base no patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro e, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo de lucros acumulados antes de incluir o lucro líquido do próprio exercício, o que for maior. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, esse montante, que está abaixo do valor apurado com base nos parâmetros definidos por lei, foi considerado dedutível para fins de Imposto de Renda.

No período findo em 30 de setembro de 2019 a Sociedade distribuiu lucros antecipados na forma de juros sobre o capital próprio, referente ao trimestre findo em 31 de março de 2019, o montante de R\$3.041, o qual incide a quantia de R\$456, de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sendo o saldo líquido R\$2.585.

No período findo em 30 de setembro de 2019 a Sociedade distribuiu lucros antecipados na forma de juros sobre o capital próprio, referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2019, o montante de R\$3.062, o qual incide a quantia de R\$459, de Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, sendo o saldo líquido a pagar de R\$2.603.

No período findo em 30 de setembro de 2019 a Sociedade distribuiu lucros antecipados na forma de juros sobre o capital próprio, referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, o montante de R\$2.115, o qual incide a quantia de R\$317, de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, sendo o saldo líquido a pagar de R\$1.798.

Notas Explicativas

Em 2019, a Sociedade pagou R\$6.466 a título de juros sobre o capital próprio, dos quais R\$3.881 referem-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e R\$2.585 referem-se ao trimestre findo em 31 de março de 2019.

17. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.09.2019		30.09.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	116.809	320.789	106.146	297.802
Receita de serviços de construção	2.028	8.762	10.471	25.436
Outras receitas	981	3.114	827	2.414
Receita bruta	119.818	332.665	117.444	325.652
ISSQN	(5.884)	(16.179)	(5.343)	(14.995)
PIS	(761)	(2.043)	(704)	(1.978)
COFINS	(3.515)	(9.431)	(3.250)	(9.131)
Outras deduções	(9)	(25)	(5)	(15)
Receita líquida	109.649	304.987	108.142	299.533

18. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.09.2019		30.09.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(2.213)	(6.689)	(2.933)	(8.470)
Serviços de terceiros	(713)	(2.121)	(657)	(2.191)
Manutenção de bens e conservação	(455)	(1.379)	(470)	(1.444)
Consumo	(355)	(733)	(320)	(985)
Transportes	(65)	(213)	(123)	(348)
Seguros/Garantias	(2)	(19)	-	(6)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(513)	(2.185)	(156)	1.337
Comunicação e marketing	(172)	(506)	(421)	(946)
Indenizações à terceiros	72	-	-	57
Publicações legais	(32)	(222)	(10)	(191)
Depreciação / Amortização	(39)	(295)	(144)	(365)
Outros	(256)	(913)	(460)	(1.117)
Total	(4.743)	(15.275)	(5.694)	(14.669)

	30.09.2019		30.09.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(3.088)	(9.447)	(3.180)	(9.321)
Serviços de terceiros	(2.788)	(8.382)	(2.790)	(8.056)
Conservação	(2.414)	(6.733)	(2.026)	(6.255)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(204)	(641)	(181)	(470)
Consumo	(515)	(1.326)	(427)	(1.227)
Transportes	(561)	(1.818)	(585)	(1.876)
Seguros / Garantias	(320)	(1.116)	(386)	(988)
Ônus variável	(1.767)	(4.859)	(1.604)	(4.503)
Provisão de manutenção em rodovias	(2.406)	(16.858)	(4.441)	(8.217)
Custos de serviços da construção	(2.028)	(8.762)	(10.471)	(25.436)
Depreciação / Amortização	(12.899)	(76.868)	(16.977)	(49.755)
Amortização da Outorga	-	-	(261)	(301)
Outros	(374)	(617)	(213)	(319)
Total	(29.364)	(137.427)	(43.542)	(116.724)

Notas Explicativas**19. RESULTADO FINANCEIRO**

Está representado por:

	30.09.2019		30.09.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Juros ativos	2.543	8.096	2.517	11.120
Aplicações financeiras	458	1.538	309	2.408
Outras receitas	31	44	809	809
Total	<u>3.032</u>	<u>9.678</u>	<u>3.635</u>	<u>14.337</u>

	30.09.2019		30.09.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	-	(702)	(953)	(6.510)
Atualização monetária do ônus da concessão	-	-	-	(69)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(237)	(836)	(173)	(559)
Outras despesas	(569)	(187)	(862)	(2.525)
Total	<u>(806)</u>	<u>(1.725)</u>	<u>(1.988)</u>	<u>(9.663)</u>

	30.09.2019		30.09.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Variação cambial líquida:				
Variação cambial	(20)	(20)	-	-
Total	<u>(20)</u>	<u>(20)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

20. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na Demonstração dos Fluxos de Caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	30.09.2019	30.09.2018
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	3.979	9.501
Juros sobre capital próprio propostos e não pagos	4.401	1.614
	<u>30.09.2019</u>	<u>30.09.2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(28.580)	(17.486)

21. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico do lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Notas Explicativas

A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	30.09.2019		30.09.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro líquido do período	51.820	107.390	40.146	115.920
Número de ações durante período	101.484	101.484	101.484	101.484
Lucro por ação	<u>0,5106</u>	<u>1,0582</u>	<u>0,3956</u>	<u>1,1422</u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro por ação diluído concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

	Nível	30.09.2019		31.12.2018	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Ativo					
Equivalentes de caixa	Nível 2	16.973	-	8.697	-
Aplicação financeira	Nível 2	20.823	-	15.699	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	27.526	-	21.774
Partes relacionadas ativas	Nível 2	-	168.893	-	147.974
Outros Créditos	Nível 2	-	574	-	510
		<u>37.796</u>	<u>196.993</u>	<u>24.396</u>	<u>170.258</u>
Passivo					
Partes relacionadas passivas	Nível 2	-	5.420	-	1.806
Debêntures	Nível 2	-	-	-	50.170
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	7.741	-	9.417
Credores pela concessão	Nível 2	-	575	-	539
Outras contas a pagar	Nível 2	-	1.016	-	324
		<u>-</u>	<u>14.752</u>	<u>-</u>	<u>62.256</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Notas Explicativas

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis de caixa e equivalentes de caixa estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixado e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI.

23. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não apresentou saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Em 30 de setembro de 2019, a Sociedade não apresenta saldo relevante de empréstimos e financiamentos.

c) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2019 a Sociedade apresenta valores a receber no valor de R\$25.201 (R\$20.869 em 31 de dezembro de 2018) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Movemais Meios de Pagamentos Ltda, Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Veloe - Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A., Cielo S.A., Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A. e Auto Expresso - DBTRANS S.A., decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registradas na rubrica "Contas a receber".

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

Notas Explicativas

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2019	2020	Total
Fornecedores e cauções contratuais	-	5.940	1.801	7.741
Fornecedores partes relacionadas	-	1.019	-	1.019
Credores pela concessão	-	575	-	575
Outras contas a pagar	-	1.016	-	1.016
		<u>8.550</u>	<u>1.801</u>	<u>10.351</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.10 a 31.12.2019	01.01 a 31.03.2020	01.04 a 30.06.2020	Total
Fornecedores e cauções contratuais	-	5.940	1.689	112	7.741
Fornecedores partes relacionadas	-	1.019	-	-	1.019
Credores pela concessão	-	575	-	-	575
Outras contas a pagar	-	1.016	-	-	1.016
		<u>8.550</u>	<u>1.689</u>	<u>112</u>	<u>10.351</u>

24. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias; portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

25. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Notas Explicativas

Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2019, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	31.165
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	155.233

(*) Por sinistro

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 07 de outubro de 2019 a Sociedade realizou o repasse de R\$30 milhões à controladora Arteris S.A. relativo a segunda parcela da 8ª Emissão de Debêntures Privadas. O referido título possui taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais encargos de 1,00% ao ano com vencimento do principal e juros previsto para setembro de 2024.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Ênfases

Continuidade das operações da Sociedade

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, que indica que a Sociedade detém a concessão para exploração de suas atividades por aproximadamente 20 anos, cujas operações terão continuidade até 10 de dezembro de 2019. Essa situação indica que a Sociedade entrará em um processo de dormência em função do referido assunto. A Sociedade possui pleitos em discussão com o Poder Concedente que podem postergar a data do encerramento de suas atividades. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Reapresentação do balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018 e das demonstrações dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018

Em 20 de fevereiro de 2018 emitimos opinião de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cujo balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2018 está sendo reapresentado. Em 27 de fevereiro de 2019 emitimos opinião de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujo balanço patrimonial está sendo reapresentado. Adicionalmente, em 13 de novembro de 2018 emitimos conclusão sem modificação sobre as informações contábeis intermediárias da Sociedade para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, cujas demonstrações dos fluxos de caixa estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às informações contábeis intermediárias, essas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a reclassificação de parte do saldo de caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial por mudança de política contábil da Sociedade. Essa reapresentação está de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de novembro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Centrovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 30 de setembro de 2019.

Itirapina, 13 de novembro de 2019

Sergio Moniz Barretto Garcia
Diretor Executivo de Operações / Diretor Presidente

Nelson Segnini Bossolan
Diretor de Operações

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro / Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Centrovias S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Itirapina, 13 de novembro de 2019

Sergio Moniz Barretto Garcia
Diretor Executivo de Operações / Diretor Presidente

Nelson Segnini Bossolan
Diretor de Operações

Juan Gabriel Lopez Moreno
Diretor Econômico Financeiro / Diretor de Relação com Investidores

Flávia Lúcia Mattioli Tâmega
Diretora Jurídica